



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUAN MENDES BRÁS

**O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Campina Grande
2024

LUAN MENDES BRÁS

**O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira

**Campina Grande
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B823n Bras, Luan Mendes.

O nacional-desenvolvimentismo no pensamento social brasileiro [manuscrito] : um estudo bibliográfico / Luan Mendes Bras. - 2024.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Política. 2. Economia. 3. Nacional-desenvolvimentismo.
I. Título

21. ed. CDD 306.2

LUAN MENDES BRÁS

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura
plena em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciado
em História.

Aprovada em 16/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Noemia Dayana de Oliveira / UEPB
Orientadora

Prof^a. Me. Josilene Pereira Pacheco / UEPB
Examinadora interna

Prof^a Me. Deise Silva Sousa / UFPB
Examinadora externa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2.1	O PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA.....	7
2.2	O ENFOQUE FURTADIANO SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	14
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS.....	35

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

NATIONAL DEVELOPMENTALISM IN BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: A BIBLIOGRAPHICAL STUDY

Luan Mendes Brás¹

RESUMO

O presente artigo busca compreender o período nacional-desenvolvimentista no Brasil na visão de Celso Furtado. Através de sua obra “Formação Econômica do Brasil”, buscaremos realizar uma discussão bibliográfica sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil, remetendo a sua fase desenvolvimentista, na qual foi pensada como uma corrente progressista na busca de superação de seus problemas históricos, apontado por Furtado. O artigo demonstrará as contribuições que Celso Furtado deu à economia brasileira, mostrando sua participação ativa na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), e sua atuação na política brasileira como ministro do Planejamento e criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Palavras-chave: política; história; economia; pensamento social brasileiro

ABSTRACT

This article seeks to understand the national-developmental period in Brazil from the perspective of Celso Furtado. Through his work “Formação Econômica do Brasil”, we will seek to carry out a bibliographical discussion on the social, political and economic aspects of Brazil, referring to its developmental phase, in which it was thought of as a progressive current in the search for overcoming its historical problems, pointed out by Furtado. The article will demonstrate the contributions that Celso Furtado made to the Brazilian economy, showing his active participation in the Economic Commission for Latin America (CEPAL), and his role in Brazilian politics as Minister of Planning and creator of the Superintendence for Development of the Northeast (SUDENE).

Keywords: politics; history; economy; brazilian social thought

1 INTRODUÇÃO

Através desse trabalho, analisaremos as contribuições do economista

¹ Aluno do Curso de Licenciatura plena em História - UEPB.

paraibano Celso Furtado² para a política brasileira, durante o período desenvolvimentista. Em *Formação Econômica do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1959, Furtado analisava a história dos ciclos econômicos do Brasil, desde a fase do açúcar, do gado, ouro, do café, do período da escravatura até o processo de industrialização. Nesse contexto, o Brasil vivia o período do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, e uma das razões do surgimento dessa obra, vem da necessidade que Furtado tinha ao tentar responder o porquê que o Brasil da sua época encontrava dificuldades em seu desenvolvimento.

O aspecto formativo mais antigo do desenvolvimentismo é o nacionalismo, que as primeiras manifestações remontam à época colonial. Relevante para qualificações. Com o tempo, assume diferentes aspectos porque durante o mandato, nas áreas metropolitanas exclusivas, as insurgências nacionalistas estão envoltas em aparentes aura política. O nacionalismo daquela época foi diretamente influenciado por ideias importadas da Europa, como o Iluminismo e especialmente o liberalismo, uma ideologia.

Durante décadas, o nacionalismo distanciou-se dele por diferentes motivos depois os dois movimentos nacionalistas mais relevantes da época foram os levantes testes antes da chegada da corte portuguesa, ainda no final do século XVIII, e o monopólio colonial posteriormente entrou em colapso. À medida que os antigos inimigos externos deram lugar às lutas de grupos de oposição, o movimento incorporou razões econômicas mais explicitamente nas suas reivindicações.

O termo “desenvolvimentista” emprega-se ao modelo econômico adotado a partir de 1930 – mais especificamente, nos governos Vargas e Juscelino –, validando a compreensão de que, do ponto de vista da História, é um evento ocorrido durante o século XX. Por isso é que se esclarece a junção entre o desenvolvimentismo e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)³, das quais a estrutura teórica contribuiu, realmente para implementar as políticas econômicas da década de 1950. Sendo uma *Think tank* de notória influência na América Latina, com suas teorias econômicas.

² Celso Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal (Paraíba) e faleceu em 20 de novembro de 2004 no Rio de Janeiro. Filho de Maurício de Medeiros Furtado, e de Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terras. Foi casado com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar.

³ Criada pela Conselho Econômico das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), surgiu da necessidade de cooperação econômica entre seus países membros, como também o incentivo ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

Na verdade, a CEPAL desempenhou um papel fundamental no fornecimento de suporte teórico a tais ideias, que, embora ouvidas desde o final do século XIX, foram transformadas num programa de investigação mais rigoroso sobre linguagem e forma apenas na década de 1950. Antes limitado a críticas isoladas de interesses especiais, passou a ser reconhecido como conhecimento científico na comunidade internacional após a criação da instituição em 1948.

Como já dito, é claro que o conceito de desenvolvimento remonta há décadas, implementando a própria política económica. Apesar das suas particularidades, recorrem alguns pontos em comum, conhecidos como o seu “núcleo duro”: a existência de um projeto nacional, a industrialização e uma intervenção pró-crescimento.

Influenciado pelos pensamentos económicos da CEPAL, Celso Furtado criou a SUDENE, responsável por implementar políticas públicas para o desenvolvimento da região Nordeste. Furtado não acreditava na ideia de que o Nordeste era pouco desenvolvido devido à seca, mas sim por falta de investimentos, na qual ele acreditava que era preciso industrializar o Nordeste, levando educação e o espírito de democracia para aquela região. Durante as décadas de 1950 e 1960, Furtado citava que, devido à economia nacional e suas transformações, percebeu-se que obteve um crescimento e progresso económico advindo da indústria, o que demandou a proteção, e o estímulo do Estado ao setor industrial.

A necessidade de criação de políticas económicas em busca de mudanças no padrão de consumo da população, o fim das estruturas agrárias arcaicas, a redistribuição da riqueza para aquecer o mercado interno, a redução das disparidades entre regiões, entre outros. Furtado argumentou que é possível observar o amadurecimento das relações produtivas no país entre as décadas de 1920 e 1940. Para Furtado, o crescimento industrial propiciou uma maior diversificação da estrutura de classes sociais, rompendo com a polarização do modelo económico agrário-exportador. O nascimento de novas classes e segmentos sociais permitiu uma reformulação do projeto social brasileiro.

Nesse caso, a burguesia nacional, agora ligada ao capitalismo industrial e não mais ao latifúndio, elaborou de forma mais concreta um plano político e económico que representasse seus interesses. No desenrolar deste artigo, entenderemos como

o nacional-desenvolvimentismo foi importante devido a esse crescimento econômico surgido com a industrialização no Brasil, seguindo com os apontamentos feitos pela teoria furtadiana do desenvolvimento e subdesenvolvimento para fundamentar a explicação.

2.1 O PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA

O nacional-desenvolvimentismo era uma corrente política e econômica que surgiu no início da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. A partir dessa época, o Brasil passava por um processo de industrialização, tendo o Estado um grande agente transformador nessa etapa, criando grandes empresas como a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás e a Eletrobrás, e investindo nessa nova burguesia industrial. Furtado relatava que:

O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século XX. A crise mundial em 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável. Vejamos a razão disso. A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta, mas firmemente com a população e a urbanização (FURTADO, 2005, p.139-141).

No entanto, a grande virada no capitalismo brasileiro ocorreu sob o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960). A construção do Brasília - a nova capital - e a promoção da entrada de tecnologias e capitais estrangeiros são os sinais de um período em que a nação foi chamada a superar o seu retrocesso. Se

houve modernização, também é verdade que o crescimento económico gerou disparidades regionais, desigualdades sociais e fontes crescentes de tensão social.

Deve-se notar que a ideologia do desenvolvimento nacional na segunda metade da década de 1950 tornou-se uma espécie de linguagem política encontrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁴, criado em 14 de julho de 1955 (Decreto n. 57.608), principal escola de sua formulação e divulgação. Nesta altura, os temas da “aceleração” e do “abrandamento” do desenvolvimento no Terceiro Mundo renovaram o debate intelectual que decorria em diferentes áreas políticas, onde o ISEB era uma plataforma privilegiada para este debate.

Os seus membros não partilhavam as mesmas crenças filosóficas e até assumiram posições políticas antagónicas. De qualquer forma, é possível constatar que o nacionalismo e o desenvolvimento foram centrais nas formulações deste instituto.

Apresentando um projeto de capitalismo nacional, postulando uma aliança de classe e uma “unidade nacional”, os membros do ISEB declararam que a principal contradição não seria entre capital e trabalho, mas entre a “nação” e a “anti-nação”. O primeiro conceito inclui implicitamente sectores da burguesia nacional envolvidos no desenvolvimento industrial, sectores das classes média e trabalhadora. Por outro lado, o conceito de anti-nação contém a ideia do imperialismo e dos setores da economia nacional, parasitários e improdutivos.

Para promover o desenvolvimento, o Estado desempenhava um papel extremamente importante, aparecendo como exemplo de racionalização dos esforços de industrialização, cabendo aos intelectuais subsidiar esses esforços, criando uma ideologia que promova e incentive o desenvolvimento, que neste último caso representa interesses nacionais. Superar o atraso no progresso seria obra da intervenção estatal e da indústria, apresentada como fonte de liberdade e frustração.

Para evitar as confusões entre meios e fins, é fundamental ter em conta que o Estado se estrutura internamente em uma Administração, que é o veículo pelo qual executa a sua Política. A Administração é, nesses termos, um meio para se alcançar um fim: a Política. Ela pertence à esfera da racionalidade formal, pois se apresenta como um organismo de execução, sofrendo a aplicação dos princípios de organização. O autor destaca que esse organismo

⁴ Órgão criado em 1955, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros ficou marcado pela elaboração das ideias desenvolvimentistas, que serviram de base ao governo JK, nesse contexto.

desempenha uma dupla função: “entrar em contato com a vida social, sentir a sua realidade e elaborar o material sobre o qual se imprimirá a forma da Política, e executar o programa traçado pelo governo”. A Política, por sua vez, é entendida como um conjunto de princípios formulados em função da coletividade ou grupo social, pertencendo, assim, ao campo da racionalidade substancial (FURTADO, 2014, p. 145).

Como um dos construtores de ideias econômicas na América Latina, Furtado conversou com intelectuais brasileiros, muitos deles do ISEB, para criar um possível acordo sobre o que hoje se chama de “ideia de desenvolvimento”. Sua atuação na CEPAL permitiu-lhe ampliar sua visão sobre as questões brasileiras, fornecendo um arcabouço teórico para seu trabalho nos estudos do binômio subdesenvolvimento/desenvolvimento. Seus contatos e conversas com Raul Prebisch, um dos fundadores da CEPAL, entre 1940 e 1960, deram-lhe uma perspectiva sobre a crise econômica do Brasil na história da América Latina e do mundo capitalista.

A CEPAL criou uma base teórica para interpretar a estrutura econômica da América Latina de forma pré-estrutural, discutindo os conceitos de centro (mundo avançado) e periferia (desenvolvimento do mundo latino-americano). Embora Furtado tenha elaborado trabalhos que ajudaram a interpretar a economia brasileira e suas dificuldades, graças ao trabalho de Raul Prebisch o grupo passou a se comunicar com os governos da América do Sul e da América Latina.

Desta forma, entende-se que a CEPAL é um dos lugares originais que apoiaram as ideias na criação do movimento político-ideológico denominado 'nacionalismo-desenvolvimentista' de 1945 a 1964. A ideia da CEPAL oferece uma explicação dos problemas econômicos da América Latina e suas relações sob a orientação teórica de intelectuais orgânicos, especialmente Celso Furtado, o inventor e administrador governamental por sua experiência na Sudene, BNDE e Ministério do Planejamento. A dependência econômica dos centros capitais leva à atividade política em situações de fraqueza nacional.

O modelo de industrialização por substituição de importações implementado no Brasil tem sido completamente bem sucedido, do ponto de vista da expansão industrial, porque estabeleceu um "parque industrial forte, moderno e diversificado. A região mais importante entre os países pobres do mundo é chamada de periferia. do sistema. [...] A industrialização cria novos rendimentos e oportunidades de emprego, acelera o processo de urbanização [...], eleva o nível de vida das pessoas, mas ao

mesmo tempo mantém a cultura patrimonial das flores das elites e uma das mais profundas desigualdades de rendimento. distribuição.

O Estado desenvolvimentista no Brasil foi capaz, a um só tempo, de estimular o desenvolvimento da burguesia industrial e de aglutinar o apoio de quase todas as frações da classe dominante brasileira. No início dos anos 60, o “capital industrial assumiu, de forma efetiva, a posição hegemônica no movimento da acumulação capitalista no Brasil”. E já no final dessa mesma década, mais precisamente a partir de 1968, o novo ciclo de expansão industrial passava a ser comandado pela “burguesia monopolista internacionalizada, em estrita aliança com o Estado”. Desenvolvimento econômico intenso, de um lado, e aumento das desigualdades sociais, de outro, eis o resultado do “pacto conservador” no qual se apoiou esse projeto de expansão industrial da economia brasileira.

Esse “pacto conservador” entre as diversas frações de nossas classes dominantes tinha como primeira regra de ouro, “a intocabilidade da estrutura fundiária, acordo que vetou no Brasil qualquer tipo de reforma agrária e entronizou a proteção dos interesses do capital agromercantil durante todo o século XX, mesmo durante o período de industrialização, depois de 1950”. A segunda regra foi a que definiu o formato de nossa estrutura industrial, “baseada numa combinação desigual entre empresas estatais e estrangeiras e o capital privado nacional, além da transferência para o crédito público da responsabilidade pelo financiamento dos grandes projetos de investimento indispensáveis à industrialização”.

Terceira regra: a forte intervenção do Estado nas relações trabalhistas e sindicais, que garantiu “uma industrialização com baixos salários e com a utilização extensiva e rotativa da mão-de-obra, cuja qualificação nunca foi vista como peça importante no desenvolvimento da competitividade microeconômica”. Por fim, uma outra regra, que merece ser lembrada, é que esse “pacto conservador” sempre convergiu para a solução autoritária, ou seja, jamais patrocinou “a institucionalização de estruturas que dessem conta e permitissem a ampliação da cidadania política e social” no Brasil.

Esse vigoroso processo de industrialização, efetivamente consolidado na segunda metade da década de 1950, sob o governo Kubitschek, foi possível graças às ligações entre grandes empresas multinacionais que se estabeleceram no Brasil nesse período com o capital privado nacional, ambas promovidas. Em troca, através

de investimentos estatais massivos em infraestruturas e indústrias básicas, bem como através de uma forte intervenção regulamentar e estatal na economia. O projeto Vargas-Kubitschek representa assim uma aliança entre o Estado, os grandes monopólios internacionais e o capital nacional que controla a industrialização pesada.

Depois de 1962 e 1963, Furtado tornou-se Ministro do Planejamento, responsável pela preparação e implementação do plano trienal com San Tiago Dantas. Este documento quer dar ao país uma oportunidade de desenvolvimento económico e social. ao mesmo tempo para controlar a inflação da época além das reformas que o governo Jango encerrou. Sua experiência na Sudene lhe deu a oportunidade de alcançar o cargo de dirigente, pois desde o regime de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros foi diretor de planejamento e estratégia do órgão brasileiro do Nordeste brasileiro.

De acordo com as mudanças regulares introduzidas pelo governo de João Goulart, a educação é apresentada como uma cultura que deve ser considerada a principal fonte de desenvolvimento do país. Em contraste com o mercado moderno do Brasil, iniciado na década de 1930, quando o público sem acesso ao conhecimento do mundo não tornava os valores humanos, segundo Furtado, incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento.

Para Furtado, investir nas pessoas por meio da educação criou-se as condições necessárias para o desenvolvimento do país no longo prazo. Faz sentido este conceito não apenas como uma característica importante do desenvolvimento de empregos na economia do país, mas também como uma combinação de trabalhadores que garantem o acesso aos recursos económicos. Essa perspectiva difere da perspectiva furtadiana de quem entende o crescimento como uma diferença de desejo.

Assim sendo, o subdesenvolvimento somente será superado caso sejam realizadas certas transformações estruturais, tendentes a corrigir as deformações inibidoras do dinamismo social. “Não se trata, apenas, de criar condições propícias a que os empresários intensifiquem seu esforço de inversão: é necessário dar um passo adiante, garantindo que as inversões provoquem as modificações estruturais requeridas pelo desenvolvimento. Desse modo, tem-se que a luta pela superação do subdesenvolvimento exige uma estratégia baseada numa racionalidade mais abrangente do que a dos mercados, e a ela só se tem acesso pelo planejamento. Em

outros termos, o autor mostra que a superação do subdesenvolvimento só é possível no contexto de uma autêntica política de desenvolvimento, pois sem ela os atuais países subdesenvolvidos continuarão a dar voltas no círculo vicioso da pobreza (FURTADO, 1962, p.52).

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado tenta analisar a dinâmica da economia brasileira, desde a exploração na época da colônia até o recente processo de industrialização baseado na substituição de importações. Sem dúvida, a parte mais importante deste artigo é a análise da economia cafeeira, cuja expansão gerou os recursos e, principalmente, a demanda por bens manufaturados que impulsionariam inicialmente a industrialização do país. Mas como é que uma atividade típica de exportação agrícola, dirigida e governada por mercados externos, dá origem ao seu oposto, uma economia capitalista industrial? Isto deveu-se, entre outras coisas, à intervenção estatal proposta por Keynes alguns anos mais tarde na sua *Teoria Geral*, mas com o objetivo de manter a atividade da economia agrícola exportadora. Vale a pena repetir o raciocínio de Furtado sobre esta questão, pois constitui o ápice da interpretação keynesiana da história brasileira e é um parâmetro fundamental de todas as explicações sobre o surgimento da acumulação industrial no Brasil.

A economia do ciclo cafeeiro lançou as bases da acumulação industrial porque foi capaz de mobilizar recursos, como terra e mão de obra, que estavam disponíveis no Brasil desde o início do século XIX em empresas de grande escala e criou mercados industriais. A monetização provocada pela introdução da mão-de-obra gratuita no cultivo do café foi inicialmente impulsionada pelas importações e gradualmente fornecida pela produção local.

Uma vez estabelecido um determinado núcleo industrial urbano, dedicado a atividades manufatureiras e outros serviços auxiliares à comercialização e exportação do café, que mobilizou capital considerável, a industrialização começou a florescer, não apenas diante da acumulação do café, mas principalmente na cara disso. A crise foi causada primeiro pela política de preços do café e seu impacto na economia brasileira. Esta é a novidade da análise de Furtado.

O governo da época, empenhado em defender os interesses da classe dominante nas exportações agrícolas e equilibrar a balança de pagamentos do país, deparou-se com uma queda dos preços internacionais do café, um aumento

dos estoques regulatórios ou uma desvalorização da moeda Cruzeiro, que significava apoiar a depreciação do rendimento e da moeda, evento de café. Nesse sentido, as fazendas de café são incentivadas a continuar operando, mantendo os níveis de emprego, pagando salários, comprando meios de produção e, em suma, garantindo o nascente mercado interno brasileiro.

Além disso, as restrições cambiais que acompanham a crise no setor exportador, bem como a valorização do dólar em relação ao Cruzeiro (que eleva o preço dos bens estrangeiros), dificultam a importação de bens manufaturados, conferindo à produção local uma vantagem competitiva.

Assim, na visão de Furtado, a crise de 1929 e os problemas de superprodução que acompanharam a atividade cafeeira durante quase toda a década de 1930 representaram o motor decisivo do processo de industrialização do Brasil. Naquela época, o setor industrial havia atingido um nível de acumulação suficiente para se beneficiar amplamente do estímulo de outros setores econômicos e para desempenhar um papel de liderança no processo de formação de capital brasileiro, juntamente com outros setores relacionados ao mercado interno. O estudo de Furtado sobre o advento da industrialização no Brasil (incluído em Formação) deixava muitas lacunas e deixa muitos pontos de interrogação que serão abordados em trabalhos futuros.

Muitas questões fundamentais nem sequer são mencionadas, como os conflitos que existem entre diferentes classes dentro da oligarquia cafeeira, que são cruciais para a compreensão das razões das políticas de valorização do café. Além disso, algumas alegações não são apoiadas por argumentos satisfatórios. Mas estas lacunas e imprecisões não prejudicam de forma alguma os méritos deste trabalho. Muito pelo contrário. A formação demonstra a capacidade altamente intuitiva de um pensador que dispõe de recursos mínimos, pois estudos anteriores sobre a economia brasileira que poderiam ser contados nos dedos de uma mão trouxeram análises conclusivas e dados precisos sobre a transição para a acumulação industrial.

Furtado é o pai do modelo de substituição de importações, isso não é do que se duvidar, o qual se originou ou derivam outros aspectos explicativos. Não pretendemos aqui negar o rico desenvolvimento teórico que acompanhou outros trabalhos de Formasan e Furtado. Contudo, deve-se reconhecer que ele foi o

arquiteto dos alicerces da economia política brasileira. A teoria dos choques adversos de Furtado com o advento da industrialização no Brasil propôs posteriormente uma explicação da industrialização que não foi causada por crises, mas pela expansão das exportações, uma explicação da dinâmica do capitalismo e outros aspectos que mudaram a ênfase, mas mantém uma estreita relação com a visão de Furtado.

2.2 O ENFOQUE FURTADIANO SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

As implicações da compreensão keynesiana são vistas onde o Estado deve agir para superar as “imperfeições” do mercado. O mercado permaneceria por si só, em vez de criar e aumentar a desigualdade social. Ao mesmo tempo, um Estado com poderes absolutos impediria a “inovação empresarial”, impediria que o capitalismo emergisse como um sistema “dinâmico e revolucionário”. O capitalismo é, portanto, plenamente aceito como o objetivo da cooperação para o desenvolvimento. Não se trata de se opor ao modo de produção capitalista, mas sim de melhorá-lo de acordo com uma abordagem humanista liberal próxima de algumas formas propostas pelo ISEB.

Nesta discussão, os autores chegaram à fórmula “um Estado forte e um mercado forte” para caracterizar a proposta de uma nova agenda de desenvolvimento. Argumentam que um “mercado forte” – um mercado com elevada capacidade de abastecer e proteger grandes, médios e pequenos produtores – não pode existir sem um “Estado forte” que possa garantir as condições para uma concorrência saudável, a redução e a eliminação da concorrência, desemprego, de “desigualdade exagerada de rendimento e riqueza” (e o uso do adjetivo exagerado trai a velha noção liberal de que alguma desigualdade entre indivíduos é inevitável e até benéfica). Sem este tipo de controlo, os monopólios tendem a formar-se, dando aos empresários uma sensação de lucro fácil e indiferença à necessidade de baixar os preços e melhorar a qualidade dos produtos.

O desenvolvimento econômico requer uma estratégia de desenvolvimento nacional. Historicamente, os países que conseguiram atingir o nível de desenvolvimento dos países desenvolvidos adotaram estratégias nacionais de desenvolvimento ou de concorrência. A estratégia nacional de desenvolvimento é

um conjunto de valores, ideias, leis e políticas destinadas ao desenvolvimento econômico que criam oportunidades para empreendedores dispostos a assumir riscos para investir e inovar. A instituição central ou grupo de instituições por trás do crescimento econômico não é a aplicação dos direitos de propriedade e dos contratos, como sugerem os novos institucionalistas, mas uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Compreenda que o comportamento individual é impulsionado não apenas pelo interesse próprio, mas pela competição com outras nacionalidades. Tudo isto se reflete na estratégia de desenvolvimento nacional. É liderado pelo governo e pelas partes mais activas da sociedade civil. O seu principal instrumento é o próprio Estado: as suas normas, políticas e organização. O resultado, quando se alcança um grande consenso, quando a estratégia se torna verdadeiramente nacional, quando a sociedade começa a partilhar métodos e objectivos de forma flexível e mais eficaz, é uma aceleração do desenvolvimento – um período de elevado rendimento nacional per capita. e um rápido aumento nos padrões de vida.

A estratégia de desenvolvimentismo nacional incluía diversas variáveis que são centrais para o desenvolvimento econômico. Essas variáveis são reais e institucionais. Aumentar a capacidade de poupança e investimento da população; os meios pelos quais combina o desenvolvimento técnico com a produção; desenvolvimento do capital humano; aumento da coesão social, conduzindo ao capital social ou a um Estado mais forte e mais democrático; políticas macroeconómicas capazes de garantir a saúde financeira nacional e do Estado-nação, conduzindo a uma dívida interna e externa moderada, sendo todos elementos-chave de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Neste processo, as instituições são vistas e consideradas de forma concreta e histórica, e não simplesmente como abstrações que se aplicam a todas as situações. Uma estratégia de desenvolvimento nacional ganhava significado e poder quando as suas instituições - sejam de curto prazo (políticas estatais) ou relativamente permanentes (leis, próprias instituições) - respondem às necessidades da sociedade, se forem compatíveis com factores económicos ou, mais amplamente, se são compatíveis com os elementos que compõem a estrutura da sociedade.

Países a exemplo do Reino Unido precisavam de uma estratégia de desenvolvimento nacional para alcançar e sustentar a sua revolução industrial. A utilização de uma estratégia de desenvolvimento nacional foi particularmente evidente nos países em desenvolvimento tardio, como a Alemanha e o Japão, que nunca foram caracterizados pela dependência. Por outro lado, a periferia, tal como o Brasil e outros países latino-americanos que passaram por uma experiência colonial, permaneceu ideologicamente dependente do centro após a independência formal.

Tanto os países centrais subdesenvolvidos como as antigas colônias precisavam reformular estratégias nacionais de desenvolvimento, mas para os primeiros a tarefa era mais fácil. No caso dos países periféricos, um obstáculo adicional foi enfrentar a sua própria “dependência”, ou seja, a submissão das elites locais às elites dos estados centrais. Os cientistas sociais estruturalistas envolvidos no desenvolvimento nacional latino-americano não ignoraram este fenômeno, mas assumiram que o desenvolvimento econômico era caracterizado por uma divisão entre uma elite progressista ou nacionalista associada à industrialização e uma elite conservadora associada à industrialização.

Os desenvolvimentistas era nacionalistas porque reconheciam a existência do imperialismo econômico, caracterizado pela pressão dos países ricos, impedindo os países em desenvolvimento de se industrializarem ou, se a industrialização fosse feita, de capturar o mercado interno para as suas empresas de produção multinacionais, exploração financeira e taxas de câmbio desiguais nos mercados internacionais. Além disso, o seu nacionalismo era uma ideologia para fortalecer o poder do Estado e formar Estados-nação verdadeiramente autônomos. Afirmou que, para o desenvolvimento, os países devem definir as suas políticas e instituições, as suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Portanto, observa-se que embora todas as políticas econômicas sejam estritamente intervencionistas, o objetivo da intervenção de um país em desenvolvimento não é fortalecer os mecanismos de mercado, mas proporcionar mudanças ao longo do caminho que os seus idealizadores e implementadores consideram desejável. Contudo, deve ser claramente explicado aqui que um “projeto” ou “estratégia” de país não significa planejamento, e na experiência histórica da América Latina o primeiro precede o último.

Já na década de 1930, vários governos da América Latina como Brasil, Argentina, Uruguai começaram a incentivar conscientemente a industrialização e a implementar políticas económicas que remetem para um projeto de desenvolvimento sem planejamento que, no entanto, existe, ou seja, atividades resultantes de um plano ou documento com objetivos, cronograma, objetivos quantitativos e meios. e meios de alcançá-los. O planejamento no sentido pleno da palavra só aconteceu após a segunda guerra mundial e principalmente na década de 1950, e a CEPAL contribuiu para a formação de funcionários na sua preparação e implementação.

Na ausência de planejamento também em vários países latino-americanos, o Estado teve, em maior ou menor grau, o desejo de dar novos rumos à economia, o que pode ser visto na criação de instituições, na centralização de administração política e a expansão das atividades de intervenção em muitos deles. Vale a pena lembrar que, embora a política por vezes não permita a detecção de intenções (por exemplo, a desvalorização da moeda durante as crises pode ter como objectivo apenas corrigir um desequilíbrio extraordinário na balança de pagamentos), o mesmo não se aplica à política definitiva e institucional.

As instituições não surgem espontaneamente e a sua implementação exige muitas vezes uma forte vontade política. Como explicar, por exemplo, a criação de órgãos, empresas ou leis destinadas a financiar a indústria como ações sem propósito? São os casos da Nacional Financiera (Nafinsa) no México em 1934; Corporação de Promoção de Produtos (Corfo), Chile, 1939; a carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil em 1937 e da estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, ambos no Brasil; e o Instituto de Finanças Industriais (IFI) na Colômbia em 1940 e a legislação trabalhista nos principais países da América Latina durante o mesmo período.

Até mesmo escritores da tradição da CEPAL usaram a expressão "industrialização espontânea" para se referir ao surgimento da indústria nas primeiras décadas do século XX. Para o período anterior à Grande Depressão, o adjetivo "espontâneo" parece mais apropriado para a maioria dos países latino-americanos, quando o crescimento industrial ainda não podia ser atribuído a um projeto deliberado, ou seja, deficiências de desenvolvimento. . Além disso, o termo industrialização não foi utilizado para indicar o crescimento industrial naquele

período (TAVARES, 1986). Já escritores como Prebisch e Furtado combinam o desejo de desenvolvimento com consciência e determinação em algumas obras.

Para Prebisch, por exemplo, a política de desenvolvimento significa um esforço consciente para agir no sentido de impulsionar o poder da economia, para acelerar o seu crescimento, não em prol do crescimento, mas como um meio de alcançar melhorias contínuas nos rendimentos nos níveis médio e inferior. . grupos de renda da sociedade e sua participação progressiva na distribuição da renda global” (PREBISCH, 1961, p. 35). Argumentando ainda que o desenvolvimento dos países periféricos “está intimamente relacionado ao fluxo de exportações” cujo ritmo “limita o desenvolvimento espontâneo ".da economia" porque abranda as importações necessárias ao crescimento. Da mesma forma, Furtado (1978) recupera a ideia de progresso como precursor do desenvolvimento e vincula-o à consciência e à ação política.

Para Furtado, o subdesenvolvimento correspondia a uma configuração específica da periferia do sistema capitalista, reproduzida em diferentes níveis de crescimento. O subdesenvolvimento não é um período histórico comum a todos os países, mas um dos resultados possíveis do processo de desenvolvimento da economia global moderna, facilitado pelo nascimento da revolução industrial na Europa no século XVIII. Segundo Celso Furtado, isso criou as condições para o desenvolvimento económico global em três direções distintas: a primeira correspondeu ao desenvolvimento industrial dos países da Europa Ocidental; A segunda leva à formação de centros industriais em países com características semelhantes às dos países europeus (Austrália, Canadá e Estados Unidos); e finalmente a terceira causa, provocando a formação de estruturas económicas dependentes.

Nesses termos, a característica principal das economias subdesenvolvidas, situa-se na existência de uma deformação estrutural, caracterizada pelo dualismo atrasado-moderno. Tal deformação estrutural resulta em crescentes desequilíbrios sociais, políticos e económicos. Para Furtado, era possível vencer o subdesenvolvimento. Os países subdesenvolvidos não estão fadados à dependência e ao atraso, pelo contrário, à medida que o subdesenvolvimento é uma formação histórica específica, ele é passível de ser superado. Contudo, a sua superação, dependia diretamente da industrialização e do fortalecimento do

mercado interno. A questão central era fazer com que o sistema industrial dos países periféricos tenha capacidade de autogerar-se, substituindo assim, os milagres econômicos, por um programa sistemático de industrialização.

Dentro dessa perspectiva, modificações estruturais nos campos político e econômico são fundamentais para a superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, mudanças superficiais não são suficientes, basta ver o caso brasileiro. Houve aqui, industrialização, modernização e crescimento econômico, porém, como não ocorreram mudanças estruturais, o desenvolvimento não foi alcançado. Prevaleceu em seu lugar, tensões sociais (marginalidade e exclusão) causadas pela concentração de renda e de terra, endividamento externo, dependência tecnológica e instabilidade política.

Para Celso Furtado, a industrialização era a via principal, para superar o subdesenvolvimento. No entanto, a industrialização somente produz desenvolvimento, quando ela era fomentada pelo mercado interno e era conduzida por um critério social. Um projeto de desenvolvimento que se assenta em tais bases, promove, além de crescimento econômico, bem-estar social, liberdade, cidadania e integração nacional.

Na concepção de Celso Furtado, o desenvolvimento autodeterminado e autossustentável só pode ser alcançado com a participação do Estado. Ou seja, o Estado é o instrumento responsável pela promoção do desenvolvimento, porque é o único instrumento capaz de identificar e perseguir as necessidades sociais. Além disso, porque a classe empresarial nos países periféricos tende a ser fraca e o Estado tem um papel decisivo tanto na alocação de recursos como no investimento em sectores estratégicos da economia.

O Estado brasileiro das décadas de 1930 e 1950 desempenhou precisamente esse papel; No entanto, Furtado vê fragilidades no aparato estatal brasileiro nesse período, principalmente fragilidades relacionadas ao autoritarismo e à instabilidade institucional do sistema de poder. Nestas circunstâncias, Celso Furtado acreditava que o Estado deve ser reformado institucionalmente para poder cumprir eficazmente a sua função de promoção do desenvolvimento econômico.

Juntamente com a reforma do Estado, a sociedade deveria implementar uma opinião pública aberta, altas exigências nos direitos dos cidadãos e evitar a deterioração do aparelho do Estado. Podemos então ver Furtado como um duro

crítico do plano para dissolver o Estado e devolver a economia nacional ao controlo de empresas estrangeiras. Sobre o papel dos mercados na industrialização, Celso Furtado questiona a ideia de que as economias de mercado tendem ao equilíbrio automático eficiente máximo. Pelo contrário, sem a presença do Estado, o mercado é ineficaz, porque além de ser incapaz de promover as mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento, também visa beneficiar apenas a base de recursos.

Ao vincular a atuação do mercado e a presença do Estado, Furtado não negava o papel do empreendedor na construção de um projeto de desenvolvimento, simplesmente chama a atenção para a realidade de que é o Estado quem determina o espaço de desenvolvimento, ação do setor privado. Neste sentido, a dinâmica social, política e económica dos Estados Unidos é exemplar para Celso Furtado, precisamente porque o traço distintivo do desenvolvimento na América do Norte reside na acção decisiva do Estado e no papel dos empreendedores privados.

A participação do Estado na captação e alocação de recursos para a industrialização deve ser orientada pelo planeamento macroeconómico. Segundo Furtado, o planeamento é essencial para a efetiva industrialização dos países dependentes. Um programa de desenvolvimento económico, apoiado por um planeamento abrangente, proporcionará maiores oportunidades para definir objectivos de desenvolvimento específicos a médio e longo prazo, melhorando assim a eficiência do processo industrial. Fica claro, portanto, que a reconstrução de um sistema económico, na concepção de Furtado, depende de um programa coordenado de decisões sistemáticas.

Nessa perspectiva analítica, Celso Furtado defendia que planejar não significa impor metas ou prioridades ao modelo de desenvolvimento. Pelo contrário, todo plano deve contar com uma certa criatividade e improvisação para poder se adaptar às mudanças que ocorrem na sociedade. Por exemplo, a oposição ao plano de Furtado foi implementada na União Soviética, pois isso representou, em última análise, a perda de todo o potencial de inovação do sistema económico soviético. Superar o subdesenvolvimento, neste caso o Brasil, também passa pela implementação de reformas.

Caberá à reforma fiscal mudar a forma anti-social como são financiados os

investimentos feitos através do sector público. A reforma administrativa precisa mudar a forma como os órgãos públicos são administrados, o que significa substituir os benefícios pessoais por benefícios sociais. Finalmente, a reforma agrária terá de ser realizada para modificar a estrutura fundiária do Brasil, substituindo a concentração de terras pela redistribuição de terras.

A implementação de reformas sociais impacta diretamente a antiga estrutura dos países periféricos, criando condições para o seu desenvolvimento. Furtado reconheceu que as mudanças estruturais criam tensão, mas sem mudança e tensão não há crescimento. Qualquer país periférico que pretenda desenvolver-se terá, portanto, de saber como gerir tais tensões.

Neste sentido, os programas de desenvolvimento que, em nome da estabilidade, mantêm estruturas económicas, sociais e políticas intocáveis, serão ineficazes. Na opinião de Furtado, a estabilidade é resultado do desenvolvimento e, portanto, não o precede. Embora Furtado tenha estabelecido diretrizes para remediar o subdesenvolvimento do Brasil, ele admite que ainda não foi superado. Pelo contrário, hoje, a relação de dependência é cada vez mais profunda devido ao processo de globalização.

Segundo Celso Furtado, a história económica do Brasil era caracterizada, sobretudo, por um desenvolvimento notável. Como o Brasil não foi capaz de quebrar estruturas obsoletas (concentração de riqueza, desemprego, inflação e desigualdade regional), o tipo de industrialização que ali prevaleceu não criou condições favoráveis para o crescimento social. Em vez disso, prevaleceram políticas económicas de natureza recessiva e elevados custos sociais.

A reflexão de Furtado mostra, portanto, que falta à classe dominante uma consciência objetiva dos problemas e potencialidades da economia brasileira. Em última análise, isto conduz a projetos políticos incoerentes que visam exclusivamente lucros fáceis e mercados estrangeiros. Na visão de Furtado, a globalização representa um aprofundamento do fosso civilizacional entre centro e periferia, porque, além de provocar o aumento da dívida externa dos países dependentes, também cristaliza a desigualdade social. Por outras palavras, o capitalismo global estimula um crescimento económico que é altamente monopolista e regressivo.

A globalização é apresentada aos países periféricos como um imperativo

histórico do qual não podemos escapar. O grande desafio dos países subdesenvolvidos, segundo a concepção de Furtado, era desenhar um modelo de desenvolvimento que leve em conta as especificidades de cada país, levando em conta as restrições do quadro internacional. Neste sentido, Furtado é extremamente crítico em relação às políticas monetárias restritivas introduzidas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), porque tornam a economia estéril e atrofiam as antigas estruturas arcaicas brasileiras.

A partir da análise de métodos de aumento da produtividade, Furtado desenvolveu seu diagnóstico do subdesenvolvimento por meio do desenvolvimento de sua “teoria do excedente social”. Segundo ele, é a partir de uma destinação específica para o excedente que surgiu a forma mais perigosa de dependência – a cultura – que orienta todo o processo de acumulação destas economias e é claramente incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas internas.

A utilização dos excedentes na periferia do sistema capitalista não está totalmente ligada ao processo de formação de capital nos sectores produtivos e esta é uma das principais causas do fenómeno do subdesenvolvimento. A apropriação do rendimento nestas economias é realizada por um grupo minoritário, a classe dominante, que utiliza esse rendimento para adquirir produtos de consumo típicos das sociedades desenvolvidas. Foi esta necessidade das elites, cujos produtos deveriam ser de natureza tecnológica, não profundamente ligados às estruturas sociais e produtivas alcançadas, que esteve na origem das transformações mais importantes que esta economia está a atravessar.

É por isso que aqui se situa o conceito de modernização de Celso Furtado, ou seja, na periferia do sistema, os padrões de consumo e estilos de vida dos países avançados são copiados sem, por um lado, a correspondente acumulação de capital (e progresso técnico) nos sectores industriais e outros, eliminando a oferta elástica de mão-de-obra. Como aponta o autor em “Análise do modelo” brasileiro, a inadequação entre a acumulação no eixo do consumo e aquela relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas tem origem no comportamento imitativo da elite brasileira e instrumentalizada na escassez de tecnologia aplicada, devido às dificuldades de formação de capital nacional e à forte dependência do processo de estrutura de concentração de renda.

O perfil de necessidades que orientou a formação do sistema económico

nestes países e esteve na origem da industrialização, exigia um grau de engenharia que eliminasse fortemente o elemento trabalho, em sociedades com oferta de trabalho relativamente elevada, o trabalho contribui para fixar os salários em níveis extremamente baixos, indicativo do elevado nível de exploração interna que este sistema modernizado goza.

Nesta perspectiva, a distribuição de rendimentos é um reflexo nestas economias das pressões criadas pela modernização, o que significa que a imitação de hábitos de consumo por uma minoria reflecte a direcção das técnicas de produção a serem aplicadas. A tecnologia em questão contribui para uma oferta de mão-de-obra elástica, bem como para uma disparidade salarial entre as áreas industrializadas e residenciais. Neste contexto, o crescimento económico é compatível com o aprofundamento das desigualdades socioeconómicas, para o efeito basta delinear as tensões sociopolíticas que decorrem do processo de degradação da segregação a nível interno.

Separar a análise histórica e a teoria económica de Furtado é uma tarefa difícil de empreender. Furtado partia de uma compreensão da formação da periferia no contexto histórico, segundo sua relação com o centro, para depois, através do processo de evolução histórica, consolidar a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvido.

É importante esclarecer que a ideia do desenvolvimento tem vários aspectos, que dificultam a compreensão da sua natureza. Para ser mais preciso, segundo Furtado (1980), o desenvolvimento se expressa em aspectos como: o aumento e a eficiência do sistema social de produção; atender às necessidades básicas da população em geral; e atingir os objectivos pretendidos pelos grupos dominantes da sociedade e competir pela utilização de recursos não renováveis.

Certamente o mais subjetivo, não é coincidência se envolve conflito político e vai contra questões ideológicas. Quanto ao primeiro e ao segundo problemas, o aumento da eficiência da produção (ou seja, o crescimento e a produtividade) não significa que as necessidades básicas das pessoas sejam cada vez mais satisfeitas. Ou, pode ocorrer um aumento nos padrões de vida sem levar a mudanças no sistema de produção. Portanto, podemos constatar, mesmo de forma sintética, que desenvolvimento e crescimento económico são conceitos diferentes. O desenvolvimento não está longe da estrutura social, além disso, construir um projeto

de desenvolvimento requer condições ideológicas e políticas para implementação.

Partindo do postulado proposto por Furtado, segundo o qual a compreensão do subdesenvolvimento nos mais periféricos deve ocorrer de forma clara e simultânea ao desenvolvimento nacional. No contexto histórico da formação do sistema capitalista.

No diagrama geral do que Furtado chamava de processo “desenvolvimento-subdesenvolvimento”, pode-se entender que o processo histórico de formação do sistema económico mundial se divide em dois aspectos principais distintos: (i) o processo de formação do sistema económico mundial, processo de transformação dos métodos económicos de produção; (ii) outra questão reflecte a divisão do trabalho entre regiões. O primeiro aspecto refere-se à transformação das formas de produção pré-capitalistas família, senhorial, artesanal, em modos de produção capitalistas, com a formação progressiva do mercado, associado ao trabalho e aos recursos privados.

Esta mudança económica e social permitiu o desenvolvimento do outro lado: maiores canais de divisão do trabalho, desenvolvimento de melhores técnicas de produção, feedback e expansão da acumulação. O segundo aspecto refere-se à divisão do trabalho entre regiões na economia global causada pelas atividades comerciais.

As raízes históricas do capitalismo encontram-se no mercantilismo e na substituição de uma classe proprietária de terras por uma burguesia, além disso, no desenvolvimento da história do capitalismo - incluindo desde a revolução industrial na Grande Bretanha até à ocupação das zonas temperadas, tropicais e industrializadas. regiões do centro e da periferia – é uma questão importante e complexa, que poderia ser estudada mais de perto, como em Furtado (1965, 1976, 1980, 1996).

Neste sentido, e numa perspectiva panorâmica, é evidente que, na segunda metade do século XIX, se manifestaram enormes transformações económicas e sociais com um aumento significativo da acumulação de capital e do fortalecimento das relações internacionais. O comércio, tanto associado à divisão internacional do trabalho como a grandes ganhos na produtividade do trabalho, sustentou o fluxo crescente de excedentes em direcção ao centro – que era essencialmente a Grã-

Bretanha.

Durante a segunda conjuntura do que Furtado chama de “ascensão do capitalismo industrial”, consolidou-se “os sistemas econômicos nacionais das nações formarão o clube das economias desenvolvidas do século” (FURTADO, 1996, p. 19). O sucesso das economias que tentaram desenvolver-se tem estado ligado à centralização das decisões económicas, com grande ênfase na participação dos Estados nos próprios processos de transformação e acumulação social. Uma orientação levou a uma aliança entre a burguesia industrial, comercial, financeira, os proprietários rurais e a burocracia estatal em torno de um “projeto nacional”.

Quanto à acumulação, continua a mover-se em direção ao centro e também está concentrada no centro – agora composto por um grupo de países e já não apenas pelo Reino Unido. A nova forma de centralidade, com a sua centralização das decisões a nível nacional, facilitou a concentração do poder económico e abriu espaço para o surgimento de grandes empresas, que passaram a influenciar e controlar a evolução do mercado internacional.

Ainda no sentido de não ser uma descrição histórica muito completa, posterior e gradativamente grandes corporações transnacionais se desenvolveram, formando mercados globais, oligopólios, conflitos internacionais, grandes guerras, com influência significativa na divisão internacional do trabalho. ou encorajar os países periféricos a deixarem de monopolizar a produção agrícola; mas a direção da acumulação é basicamente mantida no centro.

No desenvolvimento do capitalismo (desorganização da produção pré-capitalista, apropriação de recursos privados, novos modos de produção e industrialização) nas economias desenvolvidas, o progresso industrial, a tecnologia e a transformação industrial são cada vez mais condicionadas pela relativa disponibilidade de fatores, com destaque para fatores trabalhistas. Por outras palavras, a utilização da oferta de trabalho é um elemento importante da reorientação tecnológica.

A este respeito, vale a pena recordar um argumento de Marx que parece ter influenciado Furtado, segundo o qual o desenvolvimento tecnológico do capitalismo e das forças produtivas é guiado pela procura de um excedente de capital de força de trabalho. Voltando ao capítulo “A Lei Geral de Acumulação de Capital” combinado

com a interpretação de Furtado desse capítulo – e do trabalho de Marx em geral – pode-se discernir uma importante perspectiva e influência concorrentes.

Marx discutiu a relação entre o processo de acumulação capitalista e a estrutura orgânica do capital. Isso significa que quando entendemos que os produtos sociais são compostos por “capital fixo” (C); “Capital variável” (V); e para “valor agregado” (M); A estrutura orgânica de capital é dada por C/V . Embora saibamos que a estrutura orgânica varia entre indústrias, ou mesmo entre empresas dentro da mesma indústria, a ideia central é a evolução de O processo de acumulação e investimento contínuos aumentará o capital do que o capital variável, isso altera a composição orgânica do capital.

Isto significa que, se o rácio de mais-valia (M/V) permanecer constante, os salários reais tendem a aumentar simultaneamente com maiores aumentos na produtividade do capital ou do trabalho. Além disso, assumindo salários reais estáveis, a taxa de mais-valia tenderá a aumentar à medida que aumenta a produtividade do capital e do trabalho. Portanto, inicialmente, o investimento em maquinaria, fábricas, etc. implica uma maior procura de mão-de-obra.

Os trabalhadores em melhor posição de negociação poderiam exercer pressão sobre os salários: as compras dos trabalhadores poderiam exceder a oferta e os salários poderiam, portanto, aumentar. Este aumento salarial, na interpretação de Marx, foi uma morte cerebral por duas razões. Primeiro, porque o aumento dos salários reduz a taxa de lucro, pode abrandar a taxa de acumulação e, assim, abrandar a própria procura de trabalho. A segunda razão, considerada a “alavanca cumulativa mais forte”, é a ferramenta tecnológica, considerada pelo autor como uma ferramenta de “poder” para reconstruir, manter ou fortalecer as reservas públicas.

Neste sentido, uma vez que a acumulação no capitalismo aumenta a produtividade correspondente às situações específicas da força de trabalho e da base de produção, podemos imaginar uma lógica correspondente – o núcleo do capitalismo – que à medida que a economia cresce, os capitalistas empregam mais trabalho do que trabalhadores, que os trabalhadores, ao reduzirem as reservas industriais, tendem a aumentar os salários e a promover a taxa de lucro.

No entanto, o capital – num “contra-ataque” – provocou uma revolução tecnológica que reformou o modelo de produção, a base para a reprodução do

trabalho, criando aumento de produtividade, permitindo um maior armazenamento dos ativos industriais dos militares, recuperando ou expandindo assim a escala de mais-valia apropriação.

Mais uma vez, o crescimento da economia sob este novo “modelo de produção” tende a desapropriar os trabalhadores, reduzir o exército industrial de reserva e pressionar os lucros até que se concretize o “golpe” do novo capital: reestruturação dos meios de produção, reconstrução do exército industrial de reserva e “recuperação da mais-valia”.

Este processo, historicamente, aliado às conquistas políticas da classe trabalhadora, produziu grandes avanços tecnológicos e de produtividade no coração do país, levando a hábitos de consumo específicos e sujeitos a um certo nível de disponibilidade de fator trabalho. Outras discussões sobre o desenvolvimento das forças produtivas, o nível de acumulação de capital e de remuneração estão todas ligadas aos padrões de consumo específicos do processo de desenvolvimento; O cérebro está separado entre formas de consumo e formas de produção internamente.

Esta lógica de acumulação crescente pode ser entendida como característica do coração do capitalismo. Lá fora, a realidade é diferente. A industrialização foi criada através de um processo de substituição de importações, impulsionado pela procura final – anteriormente apoiada pelas elites que geriam os excedentes agrícolas de exportação e alinhada com os interesses do capital e do centro. A economia periférica, em busca de um modelo de consumo que simule o consumo do centro, “cortou” a estrutura produtiva das economias desenvolvidas no exterior e “conectou-as” à estrutura social internacional.

A industrialização ocorrida apoiou um modelo de consumo que conduziu a um modelo de produção baseado na acumulação, na remuneração, no desenvolvimento tecnológico, na sociedade e na produtividade central (conforme descrito anteriormente). A periferia entrou no mundo “moderno” do consumo, trazendo consigo os modelos de produção de uma economia com forças produtivas desenvolvidas, mas com níveis de acumulação de capital e de rendimento inferiores aos do centro. O subdesenvolvimento é assim reforçado como uma formação em que o sistema de produção se separa da sociedade: esta é a essência do subdesenvolvimento.

Através da elaboração da teoria do subdesenvolvimento furtadiana, Furtado deu o primeiro passo ao reconstruir (em bases novas e sem precedentes: a abordagem econômica histórica) a explicação sobre a formação do Brasil. Nisto, parte dos ciclos econômicos da economia brasileira até formar o diagnóstico da realidade brasileira no final da década de 1950. Desde o final da década de 1950, Furtado (1960) apresenta o presente estado heterogêneo da economia nacional. O termo heterogeneidade corresponde, com grandes disparidades econômicas entre as regiões brasileiras (regiões Nordeste e Centro-Sul), a baixos níveis de integração interna, decorrentes de baixos coeficientes de acumulação de poupança, associados ao fenômeno do “efeito demonstração”.

Furtado (1963) explica que os países subdesenvolvidos são em grande parte dependentes dos países produtores de tecnologia. O subdesenvolvimento na concepção de Furtado não é apenas uma economia impulsionada pelo setor agrícola, mas uma situação contínua e cumulativa que tende a piorar à medida que as estruturas capitalistas modernas se sobrepõem às estruturas pré-capitalistas anteriores. Na sociedade brasileira, esta situação deu origem ao fenômeno do “dualismo”, alternando o crescimento econômico entre o setor dinâmico (indústria) e o setor tradicional (agricultura).

A introdução da inovação tecnológica, segundo Furtado (1964), tem um caráter dinâmico a cultura material, o que levará a um rearranjo da cadeia de acontecimentos, ou seja, a inovação tecnológica põe em movimento um processo de reajuste, tanto social e produtivamente. Este teórico adverte que as mudanças na cultura intangível (nos sistemas de valores sociais) ocorrem a um ritmo mais lento do que as mudanças nos sistemas de produção, com um atraso na rápida absorção. no sentido de reproduzir o “estresse psicossocial”.

Mas a industrialização deve andar de mãos dadas com a consciência das classes sociais, para evitar que as minorias tomem o poder. Furtado entendia que o subdesenvolvimento era um problema do tecido social brasileiro.

Furtado (1964) alertava que as políticas de substituição de importações têm um ponto de saturação. O caminho da reforma política é uma alternativa à inesgotável reforma da política de substituição de importações. A preocupação de Furtado não era apenas o problema estrutural da economia, mas também

principalmente o problema da democracia. A reforma política visa aumentar a representatividade das organizações que agem em nome do povo.

Quando este nível de democracia for alcançado, outras mudanças no quadro institucional podem ser implementadas sem causar tensão no regime político. A “teoria do desenvolvimento” de Celso Furtado vai além de diagnosticar o problema do subdesenvolvimento no Brasil. Uma teoria construída sobre o fenômeno da expansão capitalista e sua penetração nas sociedades capitalistas. A pesquisa de Furtado corresponde ao desenvolvimento das economias industriais e como essas economias superaram o atraso econômico ao longo dos últimos cem anos.

Segundo Furtado (2000), o desenvolvimento só se cria numa sociedade quando todos os setores atingem o mesmo nível de progresso. Então, quando este estágio for alcançado, a produtividade aumentará, juntamente com um processo de mudança estrutural (distribuição de renda, maior difusão e inovação técnica). Por fim, existe homogeneidade nos padrões de consumo, o que potencializa a difusão de inovações.

Para Furtado (2000), o capitalismo passou por três fases diferentes de expansão: primeiro, a primeira revolução industrial na Europa; a segunda é o movimento de trabalho, capital e tecnologia para áreas de trabalho e terras vagas (Canadá, América, Austrália), que preservam os métodos de produção do capitalismo moderno; A terceira é a introdução do capitalismo em áreas com estruturas pré-capitalistas, o que tem consequências para a formação de estruturas dualistas.

Nessa perspectiva, o conceito de subdesenvolvimento é considerado por Furtado (2000) como um processo histórico autônomo e não como uma etapa que os países subdesenvolvidos devem superar para alcançar a economia do desenvolvimento. Furtado resume: o subdesenvolvimento é o resultado da expansão de economias que buscam utilizar os recursos naturais e a mão de obra de setores da economia pré-capitalista em benefício próprio.

Portanto, “depois de percebermos o nosso subdesenvolvimento e identificarmos a melhoria das condições de vida das pessoas como a nossa maior aspiração social, fomos forçados a reformar as funções do Estado de águas”. Contudo, não será difícil comprovar que, para promover o seu papel na promoção do desenvolvimento econômico, o Estado necessita de aplicar com rigor o investimento

público. O problema básico dos países subdesenvolvidos é melhorar a eficiência dos seus investimentos (FURTADO, 1962, pp.73-89). Aumentar a taxa de investimento é antes de tudo uma função do Estado. No entanto, o desenvolvimento é para benefício de todos.

Uma revisão da história das políticas de investimento dos sucessivos governos brasileiros permitiu a Celso Furtado concluir: "portanto, o Brasil levou um século inteiro desde a independência política para alcançar sozinho os primeiros passos no caminho para o desenvolvimento econômico. O café desempenhou um papel fundamental no encerramento da economia colonial. A economia cafeeira, baseada numa ampla base salarial, proporcionou ao país um mercado interno central para apoiar o desenvolvimento industrial (FURTADO, 1962, p.109).

Contudo, "a industrialização, nas suas primeiras fases, foi essencialmente um processo de substituição de importações", auxiliado "consideravelmente por um aumento significativo do investimento governamental". Essencialmente, a história do subdesenvolvimento consiste na implementação desse modelo econômico, em que o progresso tecnológico serve mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar a produção. Quando o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho começou a declinar, os países subdesenvolvidos tiveram de seguir o caminho da industrialização. Primeiro existem os consumidores de bens manufaturados, depois os consumidores de tecnologia.

Em termos econômicos, "as políticas de substituição de importações orientaram a classe política para uma opção política com elevados custos econômicos". No caso da crise da borracha na Amazônia, "importar borracha a preços baixos seria a solução ditada pela lógica de mercado. Evitar a migração demográfica da região é uma escolha política com elevados custos econômicos." Da mesma forma, quando a indústria automobilística brasileira se estabeleceu em uma região como o Nordeste, onde havia um equilíbrio importante no comércio exterior, o país "teve que abrir mão da importação de veículos para conseguir um produto nacional que é mais caro e nem sempre tem a mesma qualidade".

É uma decisão política, portanto fora do alcance da racionalidade do mercado. Tais elementos demonstram um interesse na industrialização nacional, decorrente da "visão nacional, isto é, política" (FURTADO, 2000, p.7). No plano social, esta escolha política também revela os seus custos. Segundo Celso Furtado,

“o que tem obrigado os brasileiros a conviver com flagrantes injustiças sociais é o intenso dinamismo da economia. Muitos observadores descobriram nesta dinâmica a fonte de legitimidade de um sistema de poder que produziu tantas injustiças.

Para Furtado, a industrialização na América Latina não criou um proletariado clássico. As cidades são habitadas por uma massa urbana com estrutura e paisagem pouco claras. A sua pressão para aceder aos frutos do desenvolvimento não deve ser confundida com a luta de classes clássica. Enquanto nos países europeus a luta de classes encontrou a sua solução no sector técnico, através da dinâmica entre o crescimento da produtividade e o crescimento dos salários reais, as aspirações das massas latino-americanas caíram diretamente num ambiente político indiferente. A emergência resultante da instabilidade social levou a soluções políticas que vão do populismo ao autoritarismo (FURTADO, 1966a, p. 12).

Furtado (1966) criticou duramente tanto as políticas populistas como as políticas alternativas que enfatizavam a luta de classes. Também se opôs às soluções autoritárias, que, embora visassem eliminar a agitação social, não tiveram sucesso, precisamente por causa do descontentamento social resultante da exclusão. Para Furtado, a característica mais importante do curso da história brasileira nas últimas duas décadas pode ser o surgimento de uma sociedade de massa que abriu caminho para o populismo sem a formação de novos grupos de liderança capazes de estruturar um projeto de desenvolvimento nacional oposta à ideologia tradicional (FURTADO, 1966a, p. 106).

A intervenção militar de 1964 pode ter sido consequência deste impasse político. É, portanto, o resultado de uma crise de representação que, recorde-se, se caracteriza pela sua associação última ao modelo económico centralizado. Em suma, as próprias características da industrialização alternativa impediram a integração das massas de trabalhadores nas cidades e nos mercados de consumo, num processo diametralmente oposto ao que aconteceu na industrialização clássica. O autoritarismo e a rejeição da democracia pluralista nada mais serão do que uma consequência desastrosa da combinação da “penetração da tecnologia moderna e” da tecnologia moderna e a ausência, dentro das classes dominantes, de pessoas capazes de liderar a reforma estrutural social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celso Furtado foi um intelectual cujas contribuições têm sido uma das mais ricas em termos de formulações teóricas decorrentes do problema das economias periféricas – a industrialização através da posição de importação de substituição como meio de conversão dos subdesenvolvidos ao capitalismo. Muitos enfatizaram o caráter utópico de suas propostas, pois ousaram almejar um Brasil com capitalismo autônomo.

Há também quem veja no seu pensamento a matriz de uma nova epistemologia econômica. Mas há um consenso inegável de que ele foi um intelectual original, um construtor de ideias originais, um humanista e realizador, dedicado aos problemas da América Latina. Furtado busca sua imanência histórica, revelando um economista que foi além dos termos da CEPAL de Keynes ao transformar as preocupações com o subdesenvolvimento em uma busca pela especificidade do capitalismo no Brasil, vinculada à tradição intelectual brasileira de participação na modernização do país.

Furtado era um humanista, para quem, no Brasil, a questão da democracia vai além do jogo político livre, passa pela equação econômica que pode eliminar a pobreza estrutural e mudar a estrutura agrícola. *Formação Econômica do Brasil* é um livro essencial para quem ainda contempla e debate os impasses e desafios na formação da sociedade brasileira.

Como foi visto, em *Formação Econômica do Brasil*. Furtado (1959) utilizou a variação do grau de capacidade da indústria como um fator na explicação do crescimento econômico em um contexto bem determinado, qual seja, o de superação da brusca contração econômica causada pela queda das exportações na Grande Depressão. Em condições de proteção cambial e de elevação dos preços relativos de seus produtos, a indústria voltada ao mercado interno logrou ocupar a capacidade já existente, elevando a rentabilidade do capital sem necessidade de novos investimentos.

Essa manobra defensiva favoreceu a recuperação do nível de atividades e promoveu uma translação dos setores dinâmicos, da agricultura de exportação para a indústria de bens de consumo não duráveis. Note-se, no entanto, que se trata de analisar uma fase do ciclo apenas, e uma fase na qual a taxa de investimento da indústria é baixa; a relação produto/capital não é incorporada ao núcleo da análise

econômica, a qual continua a se reportar ao multiplicador keynesiano ou a uma combinação de multiplicador e restrições cambiais.

A relação produto/capital penetrou nos modelos de Furtado em outros trabalhos, anteriores e posteriores a Formação Econômica, em duas situações distintas. Por um lado, a "eficiência do investimento", em conjunto com a propensão a poupar, passa a ser a base das estimativas da taxa potencial e efetiva de crescimento econômico dos países latino-americanos.

Nesse ambiente, Furtado tende a considerar a relação produto/capital um elemento estrutural, afetado por condições tecnológicas de lenta mudança, como é do espírito do modelo de Harrod. No entanto, assinala as variações da relação produto/capital nos momentos de recuperação cíclica de uma crise e de contração da capacidade de importação.

Nessa última situação, pode sobrevir perda de eficiência, provocada por mudanças drásticas de preços relativos, rompimento de nexos interindustriais e desabastecimento localizado. Furtado estava atento à necessidade de evitar os gargalos de infraestrutura, que reduzem a eficiência dos fatores e, por definição, elevam a relação capital/produto. Perspectivas da Economia Brasileira faz ainda menção a variáveis não tecnológicas capazes de alterar a eficiência econômica, como a educação.

Embora tenham sido alcançados progressos durante o período de desenvolvimento, tais como o crescimento econômico e a redução da desigualdade social, ainda existem alguns problemas e limitações. O modelo de desenvolvimento adotado acabou criando uma série de distorções na economia, como inflação, dívida externa e concentração de renda.

Além disso, a ditadura militar estabelecida no país desde 1964 levou a uma série de violações dos direitos humanos e restrições às liberdades democráticas. O modelo de desenvolvimento adotado revelou-se insustentável a longo prazo, conduzindo eventualmente a subseqüentes crises econômicas e sociais. No entanto, este período também deixou um legado importante, como a criação de uma forte base industrial e a expansão do acesso aos serviços públicos, que ainda hoje influenciam a realidade do país.

Diversos países latino-americanos procuram equilibrar a sua orientação de desenvolvimento nacional com políticas de mercado mais abertas e livres

atualmente. Esta abordagem visa explorar os benefícios da globalização e da integração económica, mantendo ao mesmo tempo um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a redução da desigualdade social. Em suma, embora o nacional-desenvolvimentismo tenha as suas limitações, a sua influência e legado continuam a ser relevantes para os debates económicos e políticos na América Latina e em todo o mundo.

Durante a década de 1950, o Brasil passou por um forte processo de industrialização e modernização económica, em grande parte impulsionado por políticas de substituição de importações. Isto levou a um crescimento significativo da produção industrial, o que por sua vez contribuiu para a formação de um mercado interno mais forte. Além disso, o país também viveu um período de notável crescimento no sector agrícola, impulsionado pela modernização das técnicas de produção e pela expansão das áreas aráveis. Esse crescimento da produção agrícola contribuiu para o aumento das exportações e gerou divisas para o Brasil

No entanto, é importante sublinhar que o desenvolvimento económico na década de 1950 foi marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, com a maioria da população ainda a viver em condições de pobreza extrema e com grandes disparidades entre as diferentes regiões do mundo. Além disso, o modelo de desenvolvimento aplicado neste período também causou impactos negativos no meio ambiente, como o desmatamento e a degradação dos recursos naturais. É, portanto, importante reconhecer as conquistas e os progressos económicos alcançados na década de 1950, refletindo ao mesmo tempo sobre os desafios e problemas associados a este modelo de desenvolvimento, procurando caminhos mais sustentáveis e inclusivos para o crescimento económico do país.

Neste período, o Estado desempenhou um papel central na economia, com a implementação de políticas de substituição de importações, investimento em infraestruturas, industrialização e modernização da agricultura. Além disso, foram estabelecidas diversas empresas públicas em sectores estratégicos como a energia, os transportes e as comunicações. Embora tenham sido alcançados progressos durante o período de desenvolvimento, tais como o crescimento económico e a redução da desigualdade social, há também uma série de problemas e limitações.

O modelo de desenvolvimento adotado acabou criando uma série de distorções na economia, como inflação, dívida externa e concentração de renda.

Além disso, a ditadura militar instaurada no país desde 1964 levou a uma série de violações dos direitos humanos e restrições às liberdades democráticas. O modelo de desenvolvimento adotado revelou-se insustentável a longo prazo, conduzindo eventualmente a subseqüentes crises económicas e sociais.

No entanto, este período também deixou um legado importante, como a criação de uma base industrial forte e o aumento do acesso aos serviços públicos, que ainda hoje influenciam a realidade do país. Na década de 1960, o Brasil experimentou um grande crescimento económico. promovido principalmente pelo governo de Juscelino Kubitschek e sua política de desenvolvimento e 50 anos em 5 anos. Nesse período, o país passou por um forte processo de industrialização e modernização, com a construção de diversas obras de infraestrutura como estradas, hidrelétricas e indústrias.

Portanto, é importante destacar que, apesar do desenvolvimento económico alcançado na década de 1960, o Brasil também enfrentou desafios e conflitos que tiveram impacto duradouro na sociedade e na economia. É essencial tirar lições deste período para construir estratégias de desenvolvimento económico mais sustentáveis e inclusivas no país. De 1950 a 1980, o produto interno bruto (PIB) cresceu em média 7,5% ao ano, principalmente devido à expansão da indústria.

Neste período, a participação do setor industrial no PIB aumentou de 20% para 35%, comprovando a importância do desenvolvimento industrial para o crescimento económico do país. Apesar dos desafios enfrentados, o período desenvolvimentista foi fundamental para a modernização da economia brasileira e a construção de uma base industrial sólida, que continuou a impulsionar o crescimento do país nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação Económica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento económico**. São Paulo: Editora Nacional. 1967.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira: (Contribuição à análise do seu desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada 5. ed.** Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1985.

FURTADO, Celso. **Comentários de Celso Furtado**. In: D'AGUIAR, Rosa F. (Ed.). *Perspectivas da economia brasileira* Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento , 2012.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Dasp, 1958